

Os escândalos e o aperfeiçoamento das instituições

A profusão de escândalos envolvendo autoridades, apesar de abjeta, é positiva no sentido da existência de instituições capazes de detectar e denunciar atos de corrupção, improbidade e quebra de decoro. O próximo passo é punir os desvios, modificando os códigos de processo que, de tanto permitirem recursos, deixam a sensação de impunidade.

A corrupção, camuflada ou explícita, existe em todos os países do mundo. A diferença é que em alguns há punição rigorosa e em outros impera a impunidade. No Brasil, não estamos em nenhum dos extremos: nem há punição rigorosa e imediata nem prevalece a impunidade. Estamos na transição para a punição rigorosa.

O primeiro passo para combater a corrupção é identificar a existência dela. Nesse particular, o Brasil evoluiu muito nos últimos anos: i) o Ministério Público exerce plenamente sua

autonomia, ninguém mais engaveta denúncias; ii) a Controladoria Geral da União fiscaliza os recursos repassados pela União para Estados e Municípios; iii) o Tribunal de Contas da União audita as contas do Governo Federal; iv) a Polícia Federal cumpre as diligências, faz prisões, buscas e apreensões de aliados e adversários do Governo; e v) existe plena liberdade de imprensa.

O segundo passo é criar as condições para que os agentes do Estado, encarregados do cumprimento da lei, possam prevenir futuros atos de corrupção e punir com rigor quem cometer ilegalidade, irregularidade ou ilicitude. Para tanto, a medida mais urgente talvez seja a atualização de nossa legislação processual para tornar mais céleres os trâmites judiciais, evitando que crimes prescrevam ou seus autores fiquem impunes.

O terceiro passo é a mudança cultural, de mentalidade, com a sociedade cobrando das autoridades austeridade, respeito às leis e decência no exercício

de cargos públicos. E essa mudança passa por votar de modo consciente, rechaçando os corruptos e corruptores, e sufragando pessoas que reúnam as condições para o exercício de funções públicas.

Os cuidados com o “denuncismo”, entretanto, devem ser redobrados. Não se pode permitir que a denúncia se constitua em arma política, seja da oposição ou da situação. O recente episódio dos chamados sanguessugas será o divisor de águas. A CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem a obrigação de identificar, denunciar à Justiça e pedir a cassação de todos aqueles que, comprovadamente, se beneficiaram do esquema de corrupção, assim como tem o dever de isentar aqueles que agiram de boa-fé e apenas propuseram emendas destinadas à área de saúde, sem qualquer compensação, negociada ou barganhada, em benefício pessoal.

A Diretoria

Reforma Universitária

Tema terá seu mérito debatido em comissão especial

2

CPI das Sanguessugas

Nova crise política divide atenção com pleito eleitoral

3

Eleições 2006

Veja os cargos que deputados e senadores irão disputar no pleito de outubro

5a11



Publicação do DIAP
Departamento Intersindical de
Assessoria Parlamentar
BOLETIM DO DIAP
Ano XIV - Nº 191 - JULHO DE 2006

Publicação mensal do DIAP - Departamento Intersindical
de Assessoria Parlamentar
SBS - Edifício Seguradoras - Salas 301/7
70093-900 - Brasília-DF
Fones: (61) 3225-9704/9744
Fax: (61) 3225-9150

Supervisão

Ulisses Riedel de Resende

Editora

Viviane Ponte Sena

Redação

Alysson Alves, Antônio Augusto de Queiroz
Marcos Verlaine e Viviane Ponte Sena.

Página: www.diap.org.br

Endereço eletrônico: diap@diap.org.br

Diagramação

Fernanda Medeiros - RP 4707/DF

Fone: (61) 3321-8200

Impressão: Stephanie Gráfica e Editora

Conselho Diretor do DIAP

Presidente

Celso Napolitano (SINPRO/SP e FEPESP)

Vice-Presidentes

José Gabriel Teixeira dos Santos (CNTI)
Fernando Cláudio Antunes Araújo (UNACON)
João Batista da Silveira (SAAE/MG)
Wellington Teixeira Gomes (FITEE)
Lúcio Flávio Costa (Fed. Bras. Adm.)

Superintendente

Epaminondas Lino de Jesus (SINDAF/DF)
Suplente: Ezequiel Souza Nascimento (SINDILEGIS)
Secretário: Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)
Suplente: Izac Antonio de Oliveira (FITEE)
Tesoureiro: José Carlos Perret Schulte (CNTC)
Suplente: José Caetano Rodrigues (CNTS)

Conselho Fiscal

Efetivos: Jânio Pereira Barbosa (SENGE/DF)
Itamar Revoredo Kunert (Sind. Adm. de Santos/SP)
José Aquiles de Almeida (CNTEEC)

Suplentes

Aramis Marques da Crus (Sindicato Nacional dos
Moedeiros)
Francílio Pinto Paes Leme (SINPRO/RJ)
Joaquim Domingues Carneiro Neto (SENALBA/SC)

Reforma Universitária chega ao Congresso

A Reforma Universitária, recém chegada ao Congresso Nacional, já começa a causar polêmica. Reitores de universidades federais manifestam suas frustrações com a proposta e os estudantes, através de suas representações, também expõem a sua insatisfação com o Projeto de Lei nº 7.200/2006, que estabelece normas gerais da educação superior e regula a educação superior no sistema federal de ensino.

O tema, que foi debatido no Executivo por quase um ano, não alcançou o consenso esperado pelo Governo. O PL 7.200 tramita na Câmara em regime de urgência e já recebeu 368 emendas, o que pode servir de alerta para os movimentos de estudantes, pois os debates prometem ser intensos no Legislativo.

Para as entidades estudantis, a briga com os chamados "barões do ensino", donos de faculdades particulares, será difícil. A estratégia vai ser a mesma que contribuiu para a construção do projeto: pressionar o Parlamento, assim como fizeram com o Executivo, de forma democrática e buscando avançar nas questões de interesse dos estudantes.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) tem trabalhado de forma a agilizar o andamento do projeto no Legislativo. Mas em ano eleitoral, as expectativas para a aprovação da matéria não são otimistas. Apesar da articulação do Governo para mobilizar sua base a dar prioridade à reforma, o tempo é insuficiente.

Comissão

A Câmara já formou a comissão especial que vai examinar o mérito do PL 7.200/2006. Para presidir o colegiado, foi eleito o deputado Gastão Vieira (PMDB/MA). O relator da proposta é o deputado Paulo Delgado (PT/MG).

A experiência e afinidade do relator e do presidente do colegiado com o tema, ambos ex-presidentes da Comissão de Educação Câmara, podem, em certa medida, agilizar os trabalhos.

Uma das preocupações do colegiado é com a comunicação da comissão com os demais segmentos interessados no tema. Para o relator, essa interatividade com a sociedade, de modo geral, não se restringindo somente à academia, é fundamental para o bom andamento dos trabalhos.

Agenda Para Falar com os Poderes 2006

ADQUIRA O EXEMPLAR!

Para adquiri-lo(s) basta fazer o depósito em nome do DIAP, na Agência do Banco do Brasil nº 0452-9, na conta corrente nº 401.918-0, e enviar o comprovante com o endereço de correspondência para o fax (61) 3225-9150. A remessa do material para localidades fora de Brasília será cobrada separadamente.

ASSOCIADOS

Um exemplar R\$ 15
Acima de oito exemplares R\$ 12

NÃO ASSOCIADOS

Um exemplar R\$ 16
Acima de oito exemplares R\$ 13